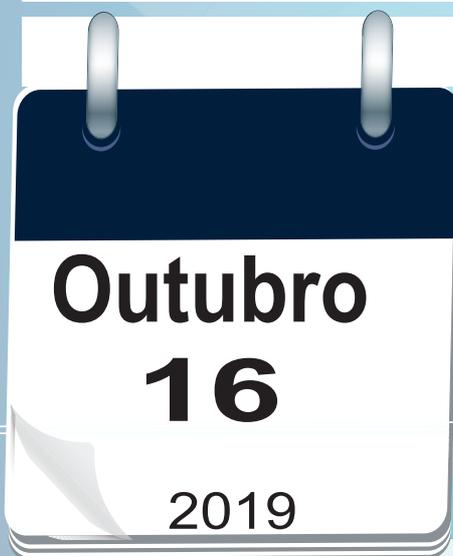
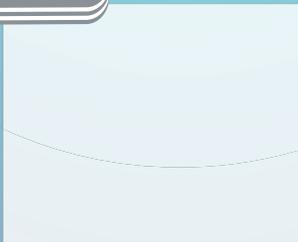


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Assembleia revoga lei que autoriza pedágio em GOs

CONCESSÃO Deputados aprovaram ontem em votação definitiva projeto que desautoriza o Estado a terceirizar rodovias estaduais; texto segue agora para sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM)

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Com apoio da base do governo, a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda e definitiva votação, o projeto de lei que cancela autorização para que o Estado faça a concessão de trechos de rodovias goianas. A matéria segue agora para sanção ou veto do governador Ronaldo Caiado (DEM).

A proposta, de autoria do deputado Alysson Lima (Republicanos), já havia passado em plenário em setembro, apesar de posicionamento contrário do líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), que apresentou, à época, emenda pela rejeição, alegando a Inconstitucionalidade da matéria por vício de origem. Segundo ele, a proposta invade a competência do Executivo.

Ontem, porém, Bruno Peixoto votou favorável à proposta, apesar de reafirmar acreditar que o projeto seja inconstitucional. "Entendo que esse projeto não pode ter origem no Legislativo. Porém, houve, até mesmo por vários deputados da base, a intenção de votar favorável. Então, votamos, mas com o acordo de que, sendo ele inconstitucional, haverá o veto e vamos trabalhar para mantê-lo."

Questionado se o voto não val contra a intenção do governo de conceder as rodovias – em abril, a secretária da Economia, Cristiane Schimidt, declarou ao POPULAR que a privatização de rodovias estava nos planos do governo –, o emedebista nega.

De acordo com ele, o debate sobre a possível concessão das rodovias é feito internamente



Alysson Lima (Republicanos), deputado estadual: vamos buscar maioria para derrubar veto, se for o caso

no governo com o entendimento de que "o modelo aprovado pelo governo anterior não é um modelo viável para o Estado". "Esse foi o posicionamento político. A parte técnica será analisada pelo governo."

Essa mudança de posicionamento no governo seria, portanto, de acordo com o líder, o motivo para o voto favorável tanto dele quanto de parte da base à matéria. Deputados de oposição, porém, avaliam que havia votos suficientes para aprovar o projeto, mesmo sem o apoio da base.

A respeito de um novo projeto a ser enviado pelo governo à Casa tratando do assunto, Bruno relata ser possível, mas que

ainda não há sinalização para que isso ocorra. "(O governo o fará) Se achar necessário e se posicionar favorável à privatização das rodovias ou à terceirização. O modelo a ser adotado, nós ainda não sabemos."

Em caso de veto à lei, o autor da matéria, Alysson Lima, diz ter 18 votos favoráveis à não concessão das rodovias e que trabalhará para derrubá-lo. "Vamos conversar com mais três ou quatro deputados para formar maioria e derrubar o veto. Depois, caso o governo insista nessa história de 'pedágio' as rodovias goianas, vamos abrir diálogo."

MUDANÇA

O texto aprovado ontem pela

Assembleia revoga a Lei nº 19.999, de fevereiro de 2018, que permitia a concessão para a iniciativa privada, mediante licitação, das GOs 010, 020/330, 060, 070, 080 e 213. Isso seria feito para prestação de serviços de operação, manutenção, conservação, monitoramento e implantação de obras de infraestrutura, bem como de outras melhorias.

Por conta da lei, aprovada na gestão do então governador Marconi Perillo (PSDB), a antiga Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), hoje GoInfra, chegou a abrir processo de licitação, mas não houve interessados nas rodovias à época.

CCJ dá parecer favorável à retirada de incentivos fiscais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa deu parecer favorável, ontem, a dois projetos que tratam de incentivos fiscais e o primeiro retira os créditos outorgados para o setor sucroalcooleiro em relação ao álcool anidro, que é utilizado na mistura com a gasolina usada em carros e motos; e o segundo acaba com a concessão de incentivos fiscais para o setor varejista, revogando as leis que tratam de benefícios ao setor até o momento e proibindo novas concessões. Os dois projetos são de autoria do deputado Humberto Aida (MDB), que é relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades na concessão de benefícios fiscais. Contudo, apesar do parecer favorável da comissão em relação ao álcool anidro, o projeto ainda deve ser alvo de diálogo entre deputados, representantes do setor produtivo e o governo do Estado. Há também, como já mostrou O POPULAR, de negociações redação dos benefícios concedidos, e não a retirada total dos incentivos, como prevê o projeto atual. Tanto que a aprovação na comissão gerou reação do setor produtivo. O presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeag), André Rocha, diz que, sem os créditos outorgados, "além das usinas goianas perderem as condições de competitividade para a produção do combustível que é misturado na gasolina, haverá um aumento da carga tributária para os consumidores". Ele relata que o setor já apresentou à CPI "números oficiais que atestam que as usinas cumprem com todas as contrapartidas", além de gerar 60 mil empregos diretos e cerca de 250 mil indiretos. "Importante ainda ressaltar que as usinas movimentam uma extensa cadeia produtiva com fornecedores de cana-de-açúcar, de insumos, de máquinas e implementos agrícolas, etc. Os efeitos negativos serão portanto sentidos também por vários outros segmentos."

"Aplicação depende do governo", diz Soavinski

"O governo tem direito, como dono da empresa, pegar esse recurso e aplicar em outra área de infraestrutura ou investimento. Depende da necessidade do Estado." A fala é do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, durante sessão extraordinária da Comissão Mista da Assembleia Legislativa, ontem, onde foi ouvido acerca do projeto de lei enviado pelo governo à Casa e que autoriza a estatal a abrir seu capital, com a venda de até 49% de suas ações no mercado financeiro.

A previsão de arrecadação do Estado com a venda das ações é de R\$1,3 bilhão e a apli-

cação desses recursos tem sido o principal ponto de discussão entre os deputados, desde que a proposta chegou à Assembleia, neste mês.

Chamado para explicar melhor o projeto, Soavinski afirmou que "essa discussão será feita em cima de uma modelagem posterior, o que já está sendo construído". "Mas é algo para se aprofundar bastante."

O questionamento sobre a aplicação dos recursos foi levantada, ainda na semana passada, pela deputada Leda Borges (PSDB), que diz não ser contra a abertura de capital. "Sou contra é a pegar uma par-

te desse recurso privado que vai entrar para os cofres públicos e investir em outras áreas e não em saneamento."

Leda chegou a apresentar ontem um requerimento para que o governador Ronaldo Caiado (DEM) retire o projeto até que haja consulta pública a respeito da matéria.

A matéria, que tramitou em regime de urgência em plenário, chegou a ser alvo de obstrução por parte da base do governo e orientação de voto pela rejeição por parte do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB).

Ele, porém, mudou de posição depois, orientando a base

a aprovar o pedido da deputada de oposição. Segundo ele, houve o entendimento de que o requerimento "não traz nenhum prejuízo ao governo" e, por isso, achou melhor não polemizar. Não há prazo para que Caiado responda ao requerimento, visto que a matéria é de autoria do Executivo.

AUDIÊNCIA

Soavinski deve voltar à Assembleia amanhã para falar novamente a respeito do projeto em audiência pública convocada pela Comissão de Serviços e Obras Públicas, presidida pelo deputado Antônio Gomide (PT).



TRÂNSITO

Desvio passa por rua que tem alagamentos

Vitória Lopes - 11/12/2017

A Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade (SMT) interditou ontem a Avenida 2ª Radial, no sentido de quem vai do Setor Pedro Ludovico para a BR-153, para as obras de prolongamento da Marginal Botafogo. O fluxo da via foi desviado para a Rua Nonato Mota, considerado um dos pontos críticos de alagamentos em Goiânia.

Um levantamento feito pela Defesa Civil em 2017 apontou a Rua Nonato Mota como local a ser evitado nos dias de chuvas intensas, por conta do risco de alagamento. No via estreita há uma ponte sobre o Córrego Botafogo, na divisa do Setor Pedro Ludovico com a Vila Redenção, que ganhou inclusive uma placa da Prefeitura alertando o motorista para o problema.

Foi neste ponto que, em dezembro de 2013, um casal morreu ao tentar atravessar a ponte durante uma enxurrada. O tapeceiro Ediarlei Ramos, de 40 anos, e a boliviana Luz Marina Vargas Bueno, de 35, voltavam do supermercado em uma moto-

cicleta quando foram surpreendidos pela chuva e acabaram arastados para dentro do Córrego Botafogo. O corpo do tapeceiro foi encontrado no dia seguinte, a quase três quilômetros de distância do ponto onde o acidente aconteceu. Já o corpo da boliviana nunca foi achado.

Apesar dos riscos, o secretário municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade, Fernando Santana, explica que a opção pelo local foi consciente. "Quando fazemos um desvio sempre optamos pela rota mais curta e esse além de ser o menor caminho também é o que afeta menos o trânsito. A questão do alagamento ali era por causa do bueiro que será retirado e estava entupido".

Segundo Santana, o problema já foi resolvido parcialmente, com o desentupimento do bueiro, e deverá ser completamente solucionado com a retirada do bueiro e obra na ponte. Diz ainda que a SMT estará monitorando o local. "Se notarmos qualquer situação de perigo ali, encaminharemos uma equipe para o



Ponte na Rua Nonato Mota, na Vila Redenção, alagada durante a chuva

local e mudaremos a rota do desvio", diz o secretário.

DRENAGEM

A 2ª Radial está bloqueada entre a esquina com a Avenida Botafogo até a Avenida Jardim Botânico. A interdição foi feita para que o Consórcio responsável inicie o trabalho de drenagem na região, e deverá durar 180 dias. "Nós iremos retirar o bueiro celular que existe ali e também faremos uma ponte", conta

Henrique Alves, titular da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (Seplanh), pasta responsável pela obra.

Alves explica que o trabalho no local será feito em etapas justamente para evitar interdição total. "Ficaremos 90 dias trabalhando desse lado e então ele será liberado e começaremos a trabalhar na parte da pista que vai no sentido do Terminal Isidória", esclarece.

O desvio tem início na Aveni-

da Botafogo, que terá o sentido invertido, onde o motorista deve virar à direita; seguir até a Rua Nonato Mota, onde o motorista deve fazer a conversão à esquerda e seguir até a Avenida Jardim Botânico para retomar a 2ª Radial, virando à direita.

Alves diz ainda que não é preciso que a população se preocupe com a chuva. "Nós fizemos o planejamento e cronograma contando com o período chuvoso. Além disso, depois de pronta a via ficará cerca de 1,5 a 2 metros mais alta, o que vai resolver o problema de alagamentos na região", destaca o secretário.

Iniciado no dia 2 de setembro, o complexo de obras de prolongamento da Marginal Botafogo engloba a construção da pista de rolamento na margem direita do córrego Botafogo, com cerca de 1,3km de extensão, serviços de drenagem, canalização do córrego, além das pontes da Avenida 2ª Radial e da Rua 1018. As obras deverão durar mais sete meses. (Mariana Carneiro, estagiária do GJC em convênio com a UFG)



Saneago descarta privatização

Presidente da estatal, Ricardo Soavinski, afirmou que abertura de capital na empresa não significa abrir para privatização

Venceslau Pimentel

O presidente da Saneamento de Goiás (Saneago), Ricardo Soavinski, disse ontem, ao ser sabatinado na Assembleia Legislativa, que o projeto que trata da venda de 49% das ações não é um caminho para a privatização da companhia. Segundo ele, o estado será detentor de 51% das ações, ao mesmo tempo em que garantiu que a propositura do governo não tem "pegadinha", ou seja, não prevê nenhuma possibilidade de vendê-la.

A maior preocupação dos deputados, da base aliada e da oposição, girou justamente em torno de um processo que poderia culminar, lá na frente, na venda da companhia.

Em sua explanação, Soavinski lembrou que o governador Ronaldo Caiado (DEM), garantiu, na campanha e depois que assumiu o comando do estado, que a Saneago não estava no radar de eventuais privatizações. Ele mesmo se posicionou contra a venda da empresa e eu dirigi desde janeiro deste ano, por entender que não se pode ter apenas em foco a questão econômica, mas também considerar o caráter social de uma empresa de saneamento.

Ao assumir a companhia, o presidente destacou que foi feito um diagnóstico para se saber as reais demandas para a posterior tomada de medidas necessárias visando a sua eficiência.

Ações como o fortalecimento da governança, gestão de risco para ampliar investimentos, redução custos administrativos e o programa de demissões voluntárias ajustaram as contas da Saneago.

Considerando os dois primeiros trimestres de 2019, o lucro auferido no período chegou a R\$ 60 milhões. "Tudo tem sido feito no sentido de dar eficiência à companhia, mas é preciso ampliar os investimentos. A empresa está bem, financeiramente, tem margem de lucro. Isso não é problema, mas precisamos aumentar a sua envergadura", defendeu.

Desse modo, segundo ele, foi concebido o projeto de lei que o governador enviou à Assembleia Legislativa. Ele explicou que se trata de uma atualização da lei que criou a Saneago, editada em 1967, e que já previa a venda de ações, e uma forma de capitalizá-la.

A propositura visa regular a operação de abertura de capital, que ainda precisa ser autorizada por uma assembleia geral da empresa. No parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, há o destaque de que o Estado deverá permanecer com 51% das ações ordinárias, e que a alteração da lei vai permitir a venda de uma maior parte de seu capital, mas sem qualquer impacto à manutenção da prerrogativa do Estado como acionista controlador.

Para a Procuradoria, am-



Presidente lembrou que existe compromisso do governador em não vender a companhia

pliar o espectro dos potenciais novos acionistas da empresa vai permitir a participação de investidores também de outros países.

Em relação aos contratos com as prefeituras de Goiânia e Anápolis, que estão prestes a vencer, Ricardo Soavinski explicou a diretoria da Saneago está atento ao assunto, e que tem aprofundado a discussão. "Está no radar das nossas prioridades", disse.

Também questionado pelos deputados, sobre a aplicação do dinheiro advindo da venda de ações, se o mesmo seria investido 100% na expansão dos serviços da companhia, Soavinski respondeu que dependerá da modelagem. No entanto, não destacou que parte desses recursos pode ser aplicado em outras áreas do governo, como em infraestrutura, por exemplo.

Tramitação

Antes da sabatina de Ricardo Soavinski, durante a sessão, o plenário aprovou requerimento da deputada tucana Lêda Borges, que solicita ao governador a suspensão da tramitação do projeto que trata da venda de ações da Saneago, com a anuência do líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB).

Antes, porém, ele orientou a bancada da base a votar pela derrubada do requerimento, mas foi convencido depois que governistas disseram que votariam a favor da propositura de Lêda Borges. Cabe agora a Caiado atender ou não ao pedido da deputada oposicionista, para sobrestar a tramitação da matéria.

O deputado Karlos Cabral (PDT) é um dos parlamentares da base que se posiciona contra o projeto da venda de ações.

"A iniciativa privada visa lucro, ao contrário do poder público que visa o bem-estar da população e a qualidade de vida. Por isso, me mantenho na posição de não querer ver a Saneago vendida", defendeu.

Para Virmondos Cruvinel (Cidadania), que defende a propositura do governo, por entender ser um caminho viável para a companhia, mas segundo ele, o assunto merece ser debatido. "O próprio governador (Ronaldo Caiado) tem defendido o diálogo. É um caminho que merece o debate e que pode melhorar, inclusive a eficiência da Saneago e do Estado de Goiás nessa área. Nada será passado aqui sem discussão, sem acompanhamento, inclusive, nas comissões temáticas até a aprovação da matéria em duas votações no plenário", pontuou. **(Especial para O Hoje)**



Segunda votação

Projeto que revoga autorização para pedágios é aprovado

15/10/2019 18:40 --- Por Eduardo Pinheiro ---

Matéria já havia sido apresentada na semana passada, mas foi retirada de pauta



A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou, em segunda votação, o projeto de lei do deputado Alysso Lima (Republicanos) que revoga a Lei nº 19.999/18, que autoriza a concessão para a cobrança de pedágio em seis rodovias estaduais. No entanto, Alysso avalia que a matéria deve ser vetada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM).

O deputado afirma que caso seja vetado, ele ainda não tem maioria para a derrubada, mas há grande chances de conquistar 22 favoráveis a seu texto. “Ao longo da negociação política contei 18 deputados que estão à favor do projeto”, diz. “Eu não tenho a maioria, mas dá para conversar com três ou quatro deputados e derrubar o veto do governador. Depois vamos construir um caminho de diálogo caso o governo insista em pedaggiar as rodovias goianas”, explica.

O parlamentar avalia que a maioria das rodovias que serão pedagiadas passaram por investimentos milionários feitos pelo Estado. “Se o Estado teve condições de gastar valores exorbitantes para a construção, duplicação e reforma das vias, nos resta entender por que não teria condições de administrar e dar manutenção?”, indaga.

Alysso diz que não há interesse por parte das concessionárias de pedaggiar no interior a GO 414, por exemplo, no extremo norte do Estado, mas em pedaggiar a região metropolitana de Goiânia, onde seriam afetadas 2,5 milhões de pessoas.

Na semana passada, o texto chegou a ser colocado em pauta, mas acabou sendo retirado por orientação do deputado Cláudio Meirelles (PTC) que via articulação da base governista em derrubar o projeto de Alysso.

Entre as rodovias a serem exploradas estão a GO-070, trecho Goiânia/Goiás; GO-010, trecho Goiânia/entroncamento GO-330; GO-020/330, trecho Goiânia/Cristianópolis/Pires do Rio/Catalão; GO-060, trecho Goiânia/São Luís de Montes Belos/Iporá/Piranhas; GO-080, Goiânia/São Francisco de Goiás (entroncamento BR-153) e GO-213, trecho Morrinhos/Caldas Novas.